

## **COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

### **Ordinária**

### **REUNIÃO DO DIA 09 DE JULHO DE 2015**

#### **14:00 Horas**

#### **ORDEM DO DIA**

**14:00 Horas** - Audiência da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.

[no âmbito da apreciação na especialidade da Proposta de Lei n.º 343/XII/4.ª (GOV) - "Procede à 23.ª alteração ao Código de Processo Penal e aprova o Estatuto da Vítima, transpondo a Diretiva n.º 2012/29/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2012, que estabelece normas relativas aos direitos, ao apoio e à proteção das vítimas da criminalidade e que substitui a Decisão-Quadro n.º 2001/220/JAI, do Conselho, de 15 de março de 2001"]

**15:00 Horas** -

1. Distribuição de iniciativas legislativas;
2. Distribuição de iniciativas europeias;
3. Ratificação da discussão e votação indiciárias na especialidade alcançadas no Grupo de Trabalho - Implicações Legislativas da Convenção de Istambul das seguintes iniciativas:

Proposta de Lei n.º 324/XII/4.ª (GOV) - "Procede à terceira alteração à Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, que estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas";

Projeto de Lei n.º 745/XII/4.ª (BE) - "Altera o Código Civil, a Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, e a organização tutelar de menores, garantindo maior proteção a todas as vítimas de violência doméstica e de outras formas de violência em contexto familiar";

Projeto de Lei n.º 769/XII/4.ª (PSD/CDS-PP) - "Reforça a proteção das vítimas de violência doméstica, procedendo à trigésima quinta alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro, e à segunda alteração à Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, que estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas";

Projeto de Lei n.º 838/XII/4.<sup>a</sup> (BE) - "Primeira alteração à Lei n.º 33/98, de 18 de julho, integrando a violência doméstica no âmbito dos objetivos e competências dos Conselhos Municipais de Segurança";

Projeto de Lei n.º 959/XII/4.<sup>a</sup> (PCP) - "Primeira Alteração à Lei n.º 104/2009, de 14 de setembro Regime de Concessão de indemnização às vítimas de crimes violentos e de violência doméstica";

Projeto de Lei n.º 961/XII/4.<sup>a</sup> (BE) - "Altera a Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, reforçando a proteção das vítimas de violência doméstica";

#### 4. Discussão e votação na especialidade das seguintes iniciativas:

A)

Proposta de Lei n.º 331/XII/4.<sup>a</sup> (GOV) - "Autoriza o Governo a rever o Código de Processo nos Tribunais Administrativos, o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, o Código dos Contratos Públicos, o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, a Lei de Participação Procedimental e de Ação Popular, o Regime Jurídico da Tutela Administrativa, a Lei de Acesso aos Documentos Administrativos e a Lei de Acesso à Informação sobre Ambiente";

B)

Proposta de Lei n.º 338/XII/4.<sup>a</sup> (GOV) - "Aprova o Regime Geral do Processo Tutelar Cível";

Proposta de Lei n.º 339/XII/4.<sup>a</sup> (GOV) - "Procede à segunda alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro";

Proposta de Lei n.º 340/XII/4.<sup>a</sup> (GOV) - "Altera o Código Civil e aprova o Regime Jurídico do Processo de Adoção";

C)

Projeto de Lei n.º 975/XII/4.<sup>a</sup> (PS) - "Altera o artigo 1905.º do Código Civil e o artigo 989.º do Código de Processo Civil, melhorando o regime de alimentos em caso de filhos maiores ou emancipados";

D)

Proposta de Lei n.º 335/XII/4.<sup>a</sup> (GOV) - "Transpõe a Diretiva n.º 2013/11/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2013, sobre a resolução alternativa de litígios de consumo, estabelece o enquadramento jurídico dos mecanismos de resolução extrajudicial de litígios de consumo";

E)

Proposta de Lei n.º 337/XII/4.<sup>a</sup> (GOV) - "Aprova o regime jurídico da transmissão e execução de sentenças em matéria penal que imponham penas de prisão ou outras medidas privativas da liberdade, para efeitos da execução dessas sentenças na União Europeia, bem como o regime jurídico da transmissão e execução de sentenças e de decisões relativas à liberdade condicional para efeitos da fiscalização das medidas de vigilância e das sanções alternativas, transpondo as Decisões-Quadro n.ºs 2008/909/JAI, do Conselho, e 2008/947/JAI, do Conselho, ambas de 27 de novembro de 2008";

F)

Proposta de Lei n.º 343/XII/4.<sup>a</sup> (GOV) - "Procede à 23.<sup>a</sup> alteração ao Código de Processo Penal e aprova o Estatuto da Vítima, transpondo a Diretiva n.º 2012/29/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2012, que estabelece normas relativas aos direitos, ao apoio e à proteção das vítimas da criminalidade e que substitui a Decisão-Quadro n.º 2001/220/JAI, do Conselho, de 15 de março de 2001";

G)

Proposta de Lei n.º 342/XII/4.<sup>a</sup> (GOV) - "Altera o Código Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47 344, de 25 de novembro de 1966, e procede à primeira alteração à Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho";

H)

Proposta de Lei n.º 345/XII/4.<sup>a</sup> (GOV) - "Aprova o regime do Sistema de Informações da República Portuguesa";

Projeto de Lei n.º 935/XII/4.<sup>a</sup> (PSD/CDS-PP) - "Sexta alteração à Lei n.º 30/84, de 5 de setembro, alterada pelas Leis n.º 4/95, de 21 de fevereiro, 15/96, de 30 de abril, e 75-A/97, de 22 de julho, e pelas Leis Orgânicas n.º 4/2004, de 6 de novembro e n.º 4/2014, de 13 de agosto, com a Declaração de Retificação n.º 44-A/2014, de 10 de outubro (Lei-Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa - SIRP)";

Projeto de Lei n.º 999/XII/4.<sup>a</sup> (PS) - "Alteração à Lei-Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa, sistematizando adequadamente a organização do registo de interesses dos seus intervenientes";

Projeto de Lei n.º 1006/XII/4.<sup>a</sup> (PSD/CDS-PP) - "Primeira alteração à Lei Orgânica n.º 3/2014, de 6 de agosto, que cria a Entidade Fiscalizadora do Segredo de Estado";

I)

Projeto de Lei n.º 998/XII/4.<sup>a</sup> (PS) - "Encurta os prazos legais nas eleições para a Assembleia da República e elimina inelegibilidade injustificada de cidadãos com

dupla nacionalidade";

Projeto de Lei n.º 1022/XII/4.<sup>a</sup> (PSD/CDS-PP) - "15.<sup>a</sup> Alteração à Lei Eleitoral para a Assembleia da República, 5.<sup>a</sup> alteração à Lei do Recenseamento Eleitoral e 2.<sup>a</sup> alteração ao Decreto-Lei n.º 95-C/76, de 30 de janeiro"

**5. Nova apreciação das seguintes iniciativas legislativas:**

A)

Projeto de Lei n.º 607/XII/3.<sup>a</sup> (PS) - "Altera o Código Civil, promovendo o alargamento do regime de exercício de responsabilidades parentais em caso de ausência, incapacidade, impedimento ou morte de progenitor";

Projeto de Lei n.º 786/XII/4.<sup>a</sup> (PSD/CDS-PP) - "Altera o Código Civil em matéria de responsabilidades parentais";

B)

Projeto de Lei n.º 809/XII/4.<sup>a</sup> (PS) - "Consagra o princípio da Transparência Ativa em toda a Administração Pública";

C)

Projeto de Lei n.º 173/XII/1.<sup>a</sup> (PS) - "Altera o Código Civil, estabelecendo um estatuto jurídico dos animais";

Projeto de Lei n.º 1024/XII/4.<sup>a</sup> (PS) - "Estabelece o quadro de sanções acessórias aos crimes contra animais de companhia";

D)

Projeto de Lei n.º 790/XII/4.<sup>a</sup> (ILC) - "Lei de apoio à maternidade e paternidade pelo direito de nascer";

Projeto de Lei n.º 1021/XII/4.<sup>a</sup> (PSD/CDS-PP) - "Procede à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 113/2011, de 29 de Novembro, através da aplicação do pagamento de taxas moderadoras na interrupção de gravidez, quando realizada por opção da mulher, nas primeiras 10 semanas de gravidez";

**6. Fixação de redações finais de textos aprovados, nos termos do artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, designadamente:**

Texto que altera "Regras do financiamento das associações humanitárias de bombeiros, no continente, enquanto entidades detentoras de corpos de bombeiros (Primeira alteração à Lei n.º 32/2007, de 13 de agosto, que aprova o regime jurídico das associações humanitárias de bombeiros)" - [Proposta de Lei n.º 327/XII/4.<sup>a</sup>

(GOV)];

Texto que procede à "Justificação judicial de óbito em caso de naufrágio ou desaparecimento de embarcações (alteração ao Código do Registo Civil) [Projetos de Lei n.ºs 426/XII/2.ª(PCP), 778/XII/4.ª(PS), 781/XII/4.ª(BE)]

Texto que procede à "Primeira alteração à lei n.º 7/2007, de 5 de fevereiro, que cria o Cartão de Cidadão e rege a sua emissão e utilização" - [Projeto de Lei n.º 899/XII/4.ª (PCP)];

Texto que "consagra o dia 17 de maio como o Dia nacional contra a Homofobia e a Transfobia" - [Projeto de Resolução n.º 1148/XII/4.ª (PS)];

Texto que procede à "Quadragésima alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro, transpondo a Diretiva 2011/93/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2011, e criando o sistema de registo de identificação criminal de condenados pela prática de crimes contra a autodeterminação sexual e a liberdade sexual de menor" [Proposta de Lei n.º 305/XII/4.ª (GOV) e Projetos de Lei n.ºs 772/XII/4.ª (PS) e 886/XII/4.ª (PCP)];

**7. Distribuição e admissão de petições, designadamente:**

Petição n.º 540/XII/4.ª - "Solicitam que os responsáveis pela prática/tradição "Queima do Gato" sejam punidos e a tradição seja abolida";

**8. Apreciação e votação de relatórios finais de petições, designadamente:**

Petição n.º 507/XII/4.ª - "Solicita a alteração do Código Civil na parte relativa ao Direito Sucessório"

Relatora - Deputada Maria Paula Cardoso (PSD)

Petição n.º 493/XII/4.ª - "Solicitam que os Grupos Parlamentares apresentem uma moção de censura ao Governo";

Relatora - Deputada Isabel Alves Moreira (PS)

**9. Apreciação e votação de relatórios sobre iniciativas europeias, designadamente:**

COM(2015)216 - Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho - Proposta relativa a um acordo interinstitucional sobre legislar melhor;

Relator - Deputado Luís Pita Ameixa (PS)

**10. Apresentação do Relatório da participação do Presidente da Comissão na reunião interparlamentar sobre "a supervisão democrática dos Serviços de Inteligência da União Europeia", que se realizou a 28 e 29 de maio de 2015, no Parlamento**



Europeu, em Bruxelas;

**11.** Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, que solicita, com carácter de urgência, a audição da Ministra da Administração Interna, para esclarecimentos sobre os resultados do processo de negociação e decisão e sobre as respetivas alterações promovidas aos estatutos profissionais da PSP e da GNR;

**12.** Outros Assuntos